



**PAUTA
PARA A 102ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 03 DE AGOSTO DE 2017**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 17, de 2017, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Veda a percepção, por Secretários de Estado, titular ou em exercício, de remunerações ou adicionais decorrentes da participação em reuniões de Conselhos de Administração de empresas estatais, Fundações Públicas e Autarquias.

2 - Projeto de lei nº 641, de 2017, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Dá a denominação de "Engenheiro Jorge Nassif Haddad" ao Complexo Viário de Jundiaí, que compõe a fase 1ª, entre os kms 56 e 57 da SP - 330, em Jundiaí.

3 - Projeto de lei nº 642, de 2017, de autoria do deputado Pedro Kaká. Fica concedida a anistia administrativa aos servidores do Sistema Penitenciário do Estado, aos quais se atribuem condutas durante movimentos reivindicatórios por melhorias de vencimentos e de condições de trabalho ocorridos durante o movimento paredista dos anos de 2014 e 2015.

4 - Projeto de lei nº 643, de 2017, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Classifica Onda Verde como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 644, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Dr. Edson de Godoy Bueno" ao viaduto localizado no km 417 da Rodovia Marechal Rondon SP - 300, em Guarantã.

6 - Projeto de decreto legislativo nº 6, de 2017, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos da Resolução SEE nº 30, de 2017, que estabelece

diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos - EJA, em classes multisseriadas.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 614, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Iepê como Município de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 615, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Nova Granada como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 616, de 2017, de autoria do deputado Coronel Camilo. Declara de utilidade pública o "Projeto Mãos Solidárias de Promissão", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 617, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Pitangueiras como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 618, de 2017, de autoria do deputado Léo Oliveira. Classifica Morro Agudo como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 619, de 2017, de autoria do deputado Léo Oliveira. Dá a denominação de "Rubens Fernandes de Ávila" à Rodovia SP - 211, que liga os municípios de São José do Rio Pardo e Divinolândia.

7 - Projeto de lei nº 620, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Colina como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 621, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Guariba como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 622, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Palmares Paulista como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 623, de 2017, de autoria do deputado Léo Oliveira. Classifica Serrana como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 624, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Pirangi como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 625, de 2017, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Classifica Guapiaçu como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 626, de 2017, de autoria do deputado Roque Barbieri. Dá a denominação de "Investigador João Henrique Duarte Oberg" ao 1º Distrito Policial de Penápolis.

14 - Projeto de lei nº 627, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação de Apoio e Assistência aos Portadores de Câncer de Iepê - AAAPCI", naquele Município.

15 - Projeto de lei nº 628, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Pradópolis como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 629, de 2017, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural e Folclórica Tia Valdelice", em São Vicente.

17 - Projeto de lei nº 630, de 2017, de autoria do deputado Pedro Kaká. Dispõe sobre a observância das normas técnicas de segurança elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, em "playgrounds" ou áreas de recreação infantil localizadas em parques públicos estaduais.

18 - Projeto de lei nº 631, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Torrinha como Município de Interesse Turístico.

19 - Projeto de lei nº 632, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Acrescenta inciso IX ao artigo 14 da Lei n.º 11.165, de 2002, que institui o Código de Pesca e Aquicultura do Estado.

20 - Projeto de lei nº 633, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a quitação de imóveis financiados por órgão do Estado, adquiridos por policiais civis, militares e bombeiros, quando forem considerados inválidos para o trabalho.

21 - Projeto de lei nº 634, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga os estabelecimentos públicos e privados localizados no Estado a inserirem nas placas de atendimento prioritário, o Símbolo Mundial de Conscientização do Transtorno do Espectro Autista.

22 - Projeto de lei nº 635, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a "Política Estadual de Fonoaudiologia" nas escolas públicas do Estado.

23 - Projeto de lei nº 636, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a inclusão no acervo de todas as bibliotecas públicas do Estado, de exemplares da Bíblia Sagrada, em braile.

24 - Projeto de lei nº 637, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga as empresas de planos de saúde a autorizar, quando o paciente for idoso, todos os exames que exijam análise prévia em um prazo máximo de vinte e quatro horas.

25 - Projeto de lei nº 638, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga a todos os cinemas do Estado a respeitarem o distanciamento mínimo entre a tela de projeção e a primeira fila de poltronas.

26 - Projeto de lei nº 639, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a "Semana de Conscientização sobre os Perigos de Dormitar em Excesso".

27 - Projeto de lei nº 640, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a "Semana de Conscientização sobre a Fibromialgia".

28 - Moção nº 55, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Apela para o Sr. Presidente da República, a fim de que seja credenciado junto ao Ministério da Saúde o Hospital do GRENDACC - Grupo em Defesa da Criança com Câncer, localizado no município de Jundiaí, visando ampliar os atendimentos prestados aos pacientes, oriundos, em sua maioria, do Sistema Único de Saúde - SUS.

29 - Moção nº 56, de 2017, de autoria da Comissão de Saúde. Manifesta apoio ao Fórum dos Conselhos Atividade Fim Saúde - São Paulo, por ocasião de seu posicionamento contrário à autorização concedida ao funcionamento de cursos de graduação da área de saúde, ministrados exclusivamente na modalidade educação à distância.

30 - Moção nº 57, de 2017, de autoria da Comissão de Saúde. Protesta contra as instituições de ensino, públicas ou privadas, que mantêm em funcionamento cursos de graduação na área de saúde exclusivamente na modalidade de ensino à distância.

31 - Moção nº 58, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Aplauda o youtuber Whindersson Nunes em reconhecimento ao seu trabalho e influência na internet através de seu canal humorístico no Youtube, onde motiva outros

jovens a não desistirem de seus sonhos.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 602, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Proíbe a venda de aparelhos "hand spinner" que não estejam identificados com o selo do INMETRO, no Estado.

2 - Projeto de lei nº 603, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Bebedouro como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 604, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Penápolis como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 605, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Flávio Henrique Rodrigues" ao dispositivo de acesso SPD 344/563 localizado no km 344 + 300 m da Rodovia Euphly Jalles - SP 563, em Jales.

5 - Projeto de lei nº 606, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Nilo Neto" ao dispositivo de acesso SPD 349/563 localizado no km 348 + 800 m da Rodovia Euphly Jalles - SP 563, em Jales.

6 - Projeto de lei nº 607, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "João Francisco de Paula" ao dispositivo de entroncamento SPD 144/463 localizado no km144 + 200 m da Rodovia Elyeser Montenegro Magalhães - SP 463, em Jales.

7 - Projeto de lei nº 608, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Tabapuã como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 609, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Santa Ernestina como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 610, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Leme como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 611, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Cravinhos como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 612, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Tabatinga como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 613, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Itajobi como Município de Interesse Turístico.

13 - Moção nº 54, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, a fim de que o Projeto de Lei nº 6.068, de 2016, tenha sua tramitação e aprovação com a maior urgência em razão de sua importância.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 589, de 2017, de autoria do deputado Roberto Moraes. Dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial, na merenda escolar, adaptada para alunos com restrições alimentares, em todas as escolas da rede pública estadual de ensino.

2 - Projeto de lei nº 590, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a realização do exame de sangue CPK na Rede Pública de Saúde do Estado para os recém-nascidos, a fim de diagnosticar a Distrofia Muscular de Duchenne.

3 - Projeto de lei nº 591, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos benefícios de gratuidade para jovens de baixa renda no serviço de transporte coletivo interestadual.

4 - Projeto de lei nº 592, de 2017, de autoria do deputado Reinaldo Alguz. Dá a denominação de "Escola Estadual Professora Léa Aparecida Vieira Guedes" à Escola Estadual Tupi Paulista, naquele Município.

5 - Projeto de lei nº 593, de 2017, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com as Santas Casas e outras instituições hospitalares filantrópicas do Estado para a realização de Estágio Profissional Supervisionado aos alunos do curso Técnico de Enfermagem das ETEC's.

6 - Projeto de lei nº 594, de 2017, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica Pedrinhas Paulista como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 595, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Ariranha como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 596, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Uchoa como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 597, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Orindiúva como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 598, de 2017, de autoria do deputado Roque Barbieri. Classifica Valparaíso como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 599, de 2017, de autoria do deputado Roque Barbieri. Dá a denominação de "Orivaldo Gazoto - Prefeito Nenê Gazoto" ao trevo de acesso localizado no km 424 + 880 m da Rodovia Marechal Rondon - SP 300, em Cafelândia.

12 - Projeto de lei nº 600, de 2017, de autoria do deputado Roque Barbieri. Classifica Auriflama como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 601, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Declara Espírito Santo do Pinhal como a Capital Estadual do Café.

14 - Moção nº 52, de 2017, de autoria do deputado Ramalho da Construção. Aplauda aos alunos Beatriz, Júlia, Laís, Isabella, Eduarda, Deborah, Nicolás e Leonardo, do Ensino Fundamental Médio da Escola Sesi 179, Vila Progresso, Jundiaí, por representar o nosso Estado, conquistando o título de Campeã Mundial de Robótica, digno de aplauso de todo povo paulista.

15 - Moção nº 53, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Aplauda ao ilustre jornalista e empresário da comunicação brasileira Antonio Augusto Amaral de Carvalho, "Seo" Tuta, por sua brilhante trajetória à frente da Rádio Jovem Pan, especialmente por ser o idealizador da campanha "Pela Vida, Contra as Drogas", a qual é mantida e veiculada, brilhantemente, até os dias de hoje.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

3ª Sessão

1 - Moção nº 22, de 2017, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao titular do Ministério da Saúde, a imediata realização dos estudos técnicos necessários, a

fim de que sejam efetivados repasses permanentes de recursos financeiros às APAE's por intermédio do SUS (Sistema Único de Saúde).

2 - Moção nº 35, de 2017, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Saúde, a imediata adoção das medidas administrativas que se fizerem necessárias, para que seja restabelecido o pagamento dos procedimentos realizados pelas Clínicas de Nefrologia do Alto Tietê que sofreu um abrupto corte de R\$ 1 milhão no repasse do Ministério da Saúde ao Governo do Estado de São Paulo.

3 - Moção nº 41, de 2017, de autoria da Comissão de Saúde. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine aos Ministérios da Educação, da Saúde e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estudos e providências no sentido de reinserir o Hospital São Paulo, Hospital Universitário da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, no Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF; e ao Ministério da Saúde a atualização da Tabela SUS, que estabelece o valor unitário a ser pago por procedimento no Sistema Único de Saúde - SUS.